



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado André Fernandes - PL/CE

Apresentação: 20/02/2024 11:45:57.830 - MESA

RIC n.217/2024

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023
(Do Sr. André Fernandes)

Requisita-se ao Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, informações a respeito do corte do bolsa família de 44.000 (quarenta e quatro mil) famílias do Ceará.

Senhor Presidente,

Assentado nos arts. 50 e 58, § 2, III da Carta Fundamental de 1988, combinado com os artigos 24, IV, 115, 116, II, 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer-se ao Ministro José Wellington Barroso de Araújo Dias, que forneça esclarecimentos necessários sobre as medidas impostas para a obtenção do benefício social.

Com base em informações previamente reunidas, , conforme dados veiculados pela imprensa e acessado em 14 de dezembro de 2023:

Bolsa Família: Ceará teve 44 mil cortes no benefício em 2023

Em conformidade com o explanado, requer-se as informações a seguir:



Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 578 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5578/3578 | dep.andrefernandes@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240896699200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Fernandes





- I) Como o governo verificou a situação de moradia desses beneficiários antes de iniciar os bloqueios?
- II) Como o corte de 44.441 beneficiários impactou a distribuição geral do Bolsa Família/Auxílio Brasil no Ceará?
- III) Quais medidas estão sendo tomadas para garantir que os cortes não afetam desproporcionalmente as famílias mais vulneráveis?
- IV) Como o governo planeja abordar a questão da pobreza e da fome no Ceará, considerando esse corte recente no Bolsa Família?

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento é um pleito ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para informações sobre as restrições ao acesso ao programa social bolsa família .

Desde o início do mandato do Governo Lula, tem-se observado uma série de restrições que têm dificultado o acesso da população mais carente a este importante benefício social¹. Durante a campanha eleitoral, o Governo Lula prometeu uma série de benefícios sociais para os mais pobres, com o objetivo de aliviar a pobreza e promover a inclusão social. No entanto, após a posse, a realidade tem sido bastante diferente.

Nesse sentido, neste ano de 2023 foram feitos vários cortes no programa Bolsa Família, afetando milhares de famílias do Ceará que dependem desse auxílio para suas necessidades básicas. Além disso, foram impostas diversas dificuldades burocráticas que têm impedido que o benefício chegue àqueles que mais precisam.

1

<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2023/08/10/bolsa-familia-ceara-teve-44-mil-cortes-no-beneficio-em-2023.html>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **André Fernandes** - PL/CE

O programa Bolsa Família é uma iniciativa crucial para muitas famílias no Brasil, fornecendo assistência financeira para aqueles em situação de pobreza e extrema pobreza. Portanto, qualquer alteração significativa nesse programa, como o corte recente para 44.000 famílias no Ceará, merece um escrutínio cuidadoso.

É importante entender os critérios utilizados para determinar o corte, pois isso nos permite avaliar se o processo foi justo e transparente. Além disso, é crucial saber se existem planos futuros para essas famílias, pois isso nos dá uma ideia de se essas famílias podem esperar ter seus benefícios restabelecidos no futuro próximo. Também é importante saber quais medidas estão sendo tomadas para minimizar o impacto desse corte nas famílias afetadas e se há alguma assistência alternativa disponível para essas famílias que tiveram o Bolsa Família cortado.

Por fim, é essencial entender como o governo planeja abordar a questão da pobreza e da fome no Ceará, considerando esse corte recente no Bolsa Família. Essas perguntas são importantes para garantir a transparência e a responsabilidade na implementação de políticas públicas.

Ao robustecer, é importante enfatizar que o princípio da publicidade orienta a Administração Pública, assegurando que os atos administrativos sejam divulgados pelo órgão responsável pela gestão do dinheiro público. Isso evita a supressão de informações públicas que devem ser disponibilizadas à sociedade e contribui para a desarticulação da corrupção nas entidades públicas.

No entanto, em relação às informações solicitadas, é importante enfatizar que sob a égide constitucional os legisladores têm o direito de requisitar acesso direto às informações ao órgão responsável, seja para interesse individual ou coletivo, sempre em conformidade com as normas estabelecidas de acordo com os moldes do Art. 5º, XXXIII da Constituição de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **André Fernandes** - PL/CE

Federal 1988 e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), bem como a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência).

Ante o exposto, requer-se que o eminente Ministro do desenvolvimento social e combate à fome disponibilize as informações necessárias e esclarecimentos convincentes acerca do assunto, que é de extrema relevância para o Brasil.

Sala das Sessões, em de de 2023.

André Fernandes
Deputado Federal – PL/CE

Apresentação: 20/02/2024 11:45:57.830 - MESA

RIC n.217/2024



Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 578 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5578/3578 | dep.andrefernandes@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240896699200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Fernandes



CD240896699200
LexEdit